

Plano busca revalorização da carreira de professor da educação básica

Aprovado pela Câmara e prestes a chegar ao Senado, projeto do Plano Nacional de Educação (PNE) tem metas para ampliar formação e melhorar salários dos docentes do ensino público

Tatiana Beltrão

OS PROFESSORES BRASILEIROS, que ontem comemoraram seu dia, têm motivo para ficar de olho no Congresso nos próximos meses. O projeto do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Câmara dos Deputados, deve chegar ao Senado até o fim deste mês. O PL 8.035/10 traz metas específicas para a valorização do magistério, como a melhoria progressiva dos salários até a equiparação com outras categorias, o estabelecimento de prazo para criação de planos de carreira e a execução de uma política nacional de formação para garantir graduação e pós-graduação aos docentes da educação básica.

Com vigência de dez anos, o PNE chega em um momento de crise do magistério. Tida como pouco atrativa, principalmente por causa dos salários, a carreira está desvalorizada. Os cursos superiores de licenciatura (destinados a formar docentes) estão entre os menos procurados nos processos seletivos das universidades. Pesquisa na Universidade de São Paulo mostrou que quase metade dos alunos de licenciatura em Física e Matemática não querem ser professores.

O problema começaria a afetar também outros países, como resultado da recente crise econômica. No início de outubro, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) emitiu um alerta sobre a “deterioração da posição dos mestres”, afirmando que a crise afetou os investimentos em educação, piorando as condições de trabalho e os salários em diversas nações.

De acordo com Cristovam, só a União poderia garantir os recursos necessários para promover o salto qualitativo de que a educação básica precisa e dar equidade ao ensino público oferecido no país, marcado por profundas desigualdades. O tema vem sendo debatido em audiências públicas no Senado. A próxima acontece amanhã, às 10h, na sala 15 da Ala Senador Alexandre Costa.

Federalização

O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Roberto Leão, avalia que ainda há muito a fazer para melhorar as condições

de vida e de trabalho dos professores brasileiros e, assim, tornar a profissão mais atrativa. Ele acredita que as metas do PNE estão bem estruturadas e podem ajudar a qualificar a educação pública de forma geral. No entanto, para fazer com que o país saia do atraso educacional, o ponto crucial é o aumento de recursos.

— Para que o plano tenha êxito, a grande meta é a que estabelece investimento de 10% do PIB em educação [meta 20 do PNE]. Essa não é uma reivindicação apenas dos professores, é da sociedade brasileira. Aí, será possível transformar em realidade o que hoje ainda é sonho, como equiparação salarial com outras categorias.

Autor do projeto que deu origem à lei que garante um piso nacional para o magistério e de outros projetos relacionados, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) vai além. Para ele, a única saída para garantir melhor substancial dos salários (e do ensino como um todo) é a federalização da educação básica, em que a União assumiria a responsabilidade pelo orçamento da educação infantil e dos ensinos fundamental e médio, ficando a gestão a cargo dos municípios e estados. Atualmente, apenas o ensino superior é de responsabilidade da União.

— Para educação de qualidade, é preciso uma trindade: bolso, cabeça e coração, com professores bem formados, salários justos, escolas com boa infraestrutura, horário integral, acesso às tecnologias de informação.

Para o senador Paulo Bauer (PSDB-SC), a palavra-chave para revalorizar o magistério e qualificar o ensino, a partir da aprovação do PNE, é gestão.

— Não basta estar previsto



Diretor do Centro de Ensino Fundamental Polivalente, da rede pública do DF, Cleber Villa Flor comemora resultados no Ideb

em lei para que as metas do plano sejam alcançadas. É a gestão eficiente da educação que poderá tornar as melhorias exequíveis e a carreira docente, mais atrativa.

Na avaliação do secretário de Educação Básica do Ministério da Educação, Cesar Callegari, o processo de revalorização da docência já começou. “O magistério vai se transformar em uma função pública de alta prioridade”, garante.

Entre as vantagens, ele cita a aposentadoria diferenciada (redução de cinco anos no tempo de contribuição); piso salarial estabelecido por lei; e estabilidade, no caso dos efetivos. As metas de formação inicial e continuada, planos de carreira e ganho salarial, previstas no PNE, contribuiriam para essa recuperação.

O secretário acrescenta que, nos próximos 20 anos, o setor terá forte demanda, e é provável que haja pressão pela elevação salarial em razão disso.

Motivação

— Gradativamente, o magistério vai se transformar em carreira atrativa de novo, em boa opção profissional e de vida. Nos próximos anos, ele recuperará o status que já teve, sobretudo na educação básica — sustenta.



A professora gaúcha Alessandra Klein foi premiada com trabalho para inclusão de uma aluna surda em sua escola

e a motivação que não estão nos contracheques ou na percepção da sociedade a respeito da docência.

— Meu maior motivador são os alunos. Tenho vontade de vir para a escola. O sorriso deles me faz bem — diz o professor Cleber Villa Flor, diretor do Colégio Polivalente, da rede pública do Distrito Federal. A escola é uma das campeãs do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) do DF.

Graduada em Pedagogia com ênfase em educação especial, a gaúcha Alessandra Klein é outra que encontra motivação no dia a dia.

— Sempre quis ser professora, desde criança, e era triste ouvir as pessoas dizendo que essa é uma carreira que não vale a pena. Eu acredito na profissão por acreditar que podemos fazer diferença na vida dos alunos.

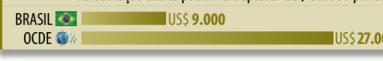
Em 2011, a crença de Alessandra foi reconhecida nacionalmente. Ela foi uma

Perfil do magistério no Brasil

O país tem cerca de 2,04 milhões de professores da educação básica — que inclui educação infantil, ensino fundamental e ensino médio



O piso salarial nacional definido pelo MEC para 2012 é de R\$ 1.451, o que representa pouco mais de US\$ 9.000 anuais (considerando 13º salário). Nos países da OCDE, a média salarial anual dos professores em início de carreira fica entre US\$ 27.541 (salário inicial na educação pré-primária) e US\$ 30.899 (salário inicial nos anos finais do ensino secundário). Em países como Austrália, Bélgica, Alemanha, Coreia e Suíça, entre outros, os salários na educação básica podem ultrapassar US\$ 60.000 por ano.



Fontes: Censo da Educação Básica 2011 (MEC); Anuário Brasileiro da Educação Básica 2012 (Movimento Todos pela Educação); relatório Education at a Glance (OCDE)

das vencedoras do Prêmio Professores do Brasil, instituído pelo MEC para valorizar práticas pedagógicas bem-sucedidas no ensino público.

O trabalho premiado foi realizado na Escola Municipal de Educação Infantil Paraíso da Criança, de Horizontina (RS), quando Alessandra preparou sua turma para receber uma colega surda.

A professora abordou temas como diferenças entre pessoas e cultura e identidade dos surdos. Depois, envolvendo toda a escola, ensinou a alunos e funcionários a língua brasileira de sinais (Libras).

— Quando a aluna entrou, os coleguinhos disseram “oi” em libras. E ela sentiu que seria respeitada na sua língua — conta.

Qualificação

O MEC oferece oportunidades de formação inicial e continuada para professores da educação básica. Há opções de graduação a distância e presencial e facilidades na concessão de bolsas e quitação do financiamento estudantil:



PARFOR: O Plano Nacional de Formação de Professores oferta turmas em cursos superiores de licenciaturas ou formação pedagógica, presenciais ou a distância, para docentes em exercício na rede pública da educação básica



UAB: Coordenado pela Capes, o Sistema Universidade Aberta do Brasil oferece vagas por vestibular e outros processos seletivos escolhidos pelas instituições públicas de ensino superior participantes. Há vagas em cursos de licenciatura, bacharelado, tecnólogo e especialização, entre outros



IFETS: Os institutos federais de educação, ciência e tecnologia devem reservar 20% das vagas a cursos de licenciatura em Matemática, Física, Química e Biologia, para ajudar a suprir a demanda por professores dessas disciplinas. Em 2014, quando os institutos estarão plenamente implantados, as licenciaturas terão de 80 mil a 100 mil vagas



FIES: Estudantes que contratam financiamento estudantil para custear cursos de licenciatura e que optam pela carreira de professor das redes públicas da educação básica com jornada de, no mínimo, 20 horas semanais podem quitar o empréstimo com trabalho. O abatimento mensal é de 1% ao mês



PROUNI: Educadores da rede pública de educação básica que concorrem a uma bolsa em curso de licenciatura, normal superior ou Pedagogia pelo Programa Universidade para Todos (que oferece bolsas integrais ou parciais em universidades privadas) não precisam cumprir o critério de renda máxima do programa, desde que estejam em efetivo exercício e integrem o quadro permanente da escola



PRÊMIO PROFESSORES DO BRASIL: Valoriza práticas pedagógicas bem-sucedidas, criativas e inovadoras nas redes públicas de ensino. A 6ª edição do prêmio tem inscrições abertas até 27 de outubro, no site do MEC (premioprofessoresdobrasil.mec.gov.br).

Profissionais lutam para garantir a Lei do Piso

Criada por iniciativa do Senado, a Lei do Piso (Lei 11.738/08) é vista como uma das mais importantes conquistas dos professores nos últimos anos. Ela estabelece um piso nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. A remuneração mínima a ser paga pela União, estados e municípios aos professores com nível médio e jornada de 40 horas semanais é reajustada anualmente, com base no crescimento do Fundeb.

Para este ano, o piso é de R\$ 1.451. O valor ainda é baixo, se comparado aos salários nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), onde a média salarial dos professores em início de carreira começa em US\$ 27 mil anuais (veja quadro). Também é baixo se comparado aos vencimentos de outras categorias com escolaridade semelhante. Mesmo assim,

muitos estados brasileiros (dez, de acordo com a CNTE) ainda não cumprem a lei, e destinam vencimentos abaixo do piso aos professores.

A batalha é travada na Justiça. Em 2008, governadores impetraram ação direta de inconstitucionalidade (Adin), argumentando que a lei violaria a autonomia dos estados, mas o Supremo Tribunal Federal indeferiu a ação. Em setembro deste ano, seis estados ingressaram com nova Adin, para contestar a forma de reajuste do piso. Sustentam que a inflação de 2009 a 2011 foi de 17,57%, enquanto o índice Fundeb (base usada para o reajuste) foi de 52,7%. Dessa forma, o piso poria em risco o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, sustenta a ação, que ainda está em julgamento.

A preocupação se repete no âmbito municipal. Prefeitos reunidos no Senado na semana passada, em encontro da

Confederação Nacional de Municípios, citaram o piso do magistério como uma das despesas crescentes que estão deixando no vermelho as contas das prefeituras.

Enquanto isso, o critério para reajuste do piso permanece em análise na Câmara. Está pronto para votação o projeto de lei (PL 3.776/08) que estabelece atualização exclusivamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), critério que degradada as entidades de classe ao impossibilitar a meta de aumento real progressivo dos salários.

Uma proposta alternativa apoiada pela CNTE, Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) sugere reajuste pelo INPC mais 50% do crescimento da receita do Fundeb. A proposta foi entregue em setembro à Câmara.



Trabalhadores da educação protestaram em Brasília, em setembro, contra reajuste do piso do magistério pelo INPC

Saiba mais

Projeto de Lei 8.035/10 — Plano Nacional de Educação (redação final da CCJ da Câmara) <http://bit.ly/1V6GYT>

Censo da Educação Básica 2011 (MEC) <http://bit.ly/1toQ5y2>

Anuário Brasileiro da Educação Básica (Todos pela Educação) <http://bit.ly/5067kc>

Relatório Education at a Glance (OCDE, em inglês) <http://bit.ly/1MDnXn5>

Matriz de Referência da Prova Nacional Docente (Inep) <http://bit.ly/1Wez1QR>

Veja as edições anteriores do Especial Cidadania em www.senado.gov.br/jornal

Prova nacional para seleção de docentes começa em 2013

A partir do ano que vem, estados, Distrito Federal e municípios deverão contar com um novo instrumento para selecionar professores para as redes de ensino. No segundo semestre de 2013, o MEC realizará a primeira edição da prova nacional de concurso para ingresso na carreira docente — a Prova Docente.

A participação dos professores na prova é voluntária, e os resultados poderão ser usados pelos estados e municípios nos processos de seleção de profissionais de magistério para a educação básica. O docente poderá se

inscrever em quantos processos seletivos quiser, nas redes que aderirem à prova. A primeira edição deve ser restrita a professores de educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. A intenção do MEC é realizar o exame anualmente.

O processo é coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e acompanhado por entidades como Undime, Consed, CNTE e Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped). No mês passado, foi realizado o primeiro pré-teste do exame.

Metas

Entre as 20 metas do projeto de PNE 2011—2020 (PL 8.035/10), quatro tratam especificamente da valorização do professor

Meta 15: Garantir, em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, no prazo de um ano de vigência do plano, política nacional de formação e valorização dos profissionais da educação, assegurando que todos os professores da educação básica possuam formação de nível superior em curso de licenciatura na área em que atuam. **Entre as estratégias previstas para consecução da meta, estão:** consolidar financiamento estudantil a estudantes de cursos de licenciatura; ampliar programa de iniciação à docência; promover reforma curricular dos cursos de licenciatura e estimular a renovação pedagógica, com foco no aprendizado do aluno e incorporação das tecnologias de informação e comunicação

Meta 16: Formar em nível de pós-graduação 50% dos professores da educação básica, até o último ano de vigência do PNE, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação.

Entre as estratégias, estão: realizar planejamento estratégico para dimensionar demanda por formação continuada e fomentar oferta por parte das instituições públicas de ensino superior; consolidar política nacional de professores da educação básica, definindo diretrizes nacionais e áreas prioritárias; ampliar oferta de bolsas de estudo para pós-graduação

Meta 17: Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas da educação básica, a fim de equiparar o rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano da vigência do plano. **Entre as estratégias, estão:** implementar planos de carreira em âmbito federal, estadual e municipal, observados os critérios estabelecidos na Lei do Piso, com implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar; ampliar a assistência financeira da União aos entes federados para implementação de políticas de valorização dos profissionais, em particular o piso salarial nacional; constituir fórum permanente para acompanhamento da atualização progressiva do valor do piso

Meta 18: Assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal. **Entre as estratégias, estão:** estruturar as redes públicas de educação básica, de modo que pelo menos 90% dos profissionais do magistério sejam efetivos e estejam em exercício nas redes escolares a que estão vinculados; realizar prova nacional de admissão de profissionais do magistério, cujos resultados possam ser utilizados pelos estados, Distrito Federal e municípios